

Multipresidente fala em mudar.

19 JUN 1987

E quase é vaiado por vereadores

que pag 6.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ao encerrar, ontem, no auditório Petrônio Portella, no Senado, "Marcha a Brasília por uma Constituição Progressista", realizada pela União de Vereadores do Brasil (UBV), o multipresidente Ulysses Guimarães pregou a reforma agrária e maiores direitos para o trabalhador e o servidor público: "É preciso honrar a palavra reforma, que significa mudar, mudar para melhor, para frente, para resolver de vez o problema social", disse.

Ulysses Guimarães foi recebido com muita frieza pelos quase mil vereadores. Quando o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, discursou apontando-o como "símbolo da resistência democrática", chegou a haver um ensaio de vaia, que não prosperou. Talvez por isso, o multipresidente, ao falar aos vereadores, assumiu um

tom de palanque e optou por posições avançadas.

"Estou certo de que, no final dos trabalhos constituintes, vamos atuar juntos e elaborar uma Constituição progressista, moderna, contemporânea, andariha. A Constituinte deve ficar sob o lema da nossa bandeira. Não existe ordem sem progresso, e não pode haver ordem com miséria e injustiça social. Constituir é preciso, principalmente constituir uma vida decente e digna para todos os brasileiros", afirmou.

A MARCHA

Os vereadores realizaram o encontro e deixaram para a Constituinte a Carta de Brasília, na qual criticam a influência dos liberais no trabalho constitucional e reivindicam posições progressistas e democráticas. Agora, vão manter um rodízio com cem vereadores na capital, para acompanhar a Assembléia. Além disso, as câmaras municipais deverão

referendar o documento aprovado em Brasília e enviar cerca de quatro mil cópias ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

Os pontos destacados pelos vereadores são soberania e independência nacional; liberdades democráticas; direitos políticos, sociais e econômicos; reformas agrária e urbana que contemplem o interesse do trabalhador; autonomia e independência dos poderes; imunidade parlamentar em todo o País; reforma tributária; participação dos vereadores na formulação da política municipal; voto proporcional; e mandato de quatro anos para prefeitos, vereadores e presidente da República.

Na Carta de Brasília, os vereadores repudiam a idéia de prorrogação dos seus mandatos, avisam que estão integrados ao movimento nacional por emendas populares e assinam que a Constituinte precisa consagrar idéias avançadas em benefício do povo.

Prefeito exige seis anos de mandato

O prefeito de Nova Iguaçu, Paulo Leone, quer que o Supremo Tribunal Federal lhe garanta seis anos de mandato, conforme prevê a atual Constituição. No mandado de segurança preventivo, impetrado ontem no STF, Leone demonstra preocupação quanto aos rumos tomados pela Assembléia Nacional Constituinte, que fixa em cinco anos o mandato do presidente José Sarney.

Paulo Leone invoca a Constituição em vigor para lembrar aos minis-

tros do Supremo Tribunal Federal que os mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982 terminarão em 31 de dezembro de 1988. Ressalta ainda que o mandato "pertence ao povo", e adverte que Sarney não pode reduzir seu próprio mandato, mas apenas renunciar ao exercício do cargo.

O prefeito cita o jurista Pontes de Miranda para repelir o argumento de que o Poder Constituinte "paira

acima de tudo e de todos". Pontes de Miranda, ao contrário, afirma que "a Constituição somente é superior e rígida para as leis ordinárias e as regras que a pretendam modificar; não é superior e rígida para atos do titular do poder estatal, de que proveio o próprio Poder Constituinte".

O mandado de segurança, assinado pelo advogado Marcelo Lima Buhatem, foi entregue ao ministro Oscar Corrêa.